



ESCOLA DE
HUMANIDADES

LETRÔNICA

Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS

Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. esp. (supl.), p. 1-12, 2021

e-ISSN: 1984-4301

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2021.s.42519>

SEÇÃO: ARTIGOS

Relações entre o sujeito kantiano e o bakhtiniano: proximidade e distanciamento

Relations between the Kantian and Bakhtin subjects: closeness and apartness

Relaciones entre el sujeto kantiano y el bakhtiniano: proximidad y distancia

Sandra Mara Moraes

Lima¹

orcid.org/0000-0002-2608-6653

sandra.lima18@unifesp.br

Recebido em: 13 abr. 2021.

Aprovado em: 29 nov. 2021.

Publicado em: 20 abr. 2022.

Resumo: A proposta é apresentar parte do pensamento kantiano de modo a situar a influência desse filósofo na concepção de sujeito pressuposta pelo Círculo bakhtiniano, esclarecendo que, ao abordar o sujeito bakhtiniano, invariavelmente se resvala em alguns pressupostos filosóficos com os quais o Círculo dialoga e, nesse sentido, há um diálogo explícito com Kant, incorporando algumas posições e negando outras. No entanto, em última instância, há um grande distanciamento do sujeito bakhtiniano e o sujeito transcendental de Kant, uma vez que Bakhtin e o Círculo adotam uma perspectiva sociológica e também fenomenológica em que o sujeito é concebido como um fenômeno social.

Palavras-chave: Bakhtin. Kant. Sujeito.

Abstract: The aim of this work is to present part of Kantian thought in order to situate the influence of this philosopher in the subject conception made by the Circle, bringing to light that, when approaching Bakhtin subject, we unvaryingly come across some philosophical conceptions which the Circle relate to and, in that, there's an explicit dialogue with Kant, incorporating some positions and denying others. However, at last, there's great distance between the Bakhtin and transcendental Kant subjects, since Bakhtin and the Circle use a sociological and phenomenological perspective in which the subject is conceived as a social phenomenon.

Keywords: Bakhtin. Kant. Subject.

Resumen: La propuesta es presentar parte del pensamiento kantiano para situar la influencia de este filósofo en la concepción de sujeto que presupone el Círculo bajtiniano, aclarando que, al acercarse al sujeto bajtiniano, invariablemente da como resultado unos supuestos filosóficos con los que el Círculo dialoga. Y, en este sentido, hay un diálogo explícito con Kant, incorporando algunas posiciones y negando otras. En última instancia, sin embargo, existe una gran distancia entre el sujeto bajtiniano y el sujeto trascendental de Kant, ya que Bajtin y el Círculo adoptan una perspectiva sociológica y también fenomenológica en la que el sujeto se concibe como un fenómeno social.

Palabras clave: Bajtin. Kant. Sujeto.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil.

Introdução

Neste artigo, apresenta-se parte do pensamento de Kant no intuito de situar a influência desse filósofo na concepção de sujeito pressuposta pelo Círculo bakhtiniano. A abordagem que aqui se faz do pensamento kantiano se atém à obra *A crítica da razão pura* (KANT, 1999) e, ainda que não haja um grande aprofundamento no que diz respeito à descrição de todos os conceitos ventilados, o intento é manter o rigor e o cuidado que merece um texto filosófico. Desse modo, focar-se-á apenas o que se considera relevante para a compreensão do conceito/noção de sujeito kantiano, de cuja fonte pode se deprender pontos comuns com a perspectiva de sujeito pressuposta nos fundamentos do Círculo bakhtiniano. Nessa direção, acredita-se que a perspectiva que subjaz à filosofia de linguagem adotada pelo Círculo de Bakhtin traz em si alguns pressupostos abordados por Kant, ainda que o caminho epistemológico adotado tenha sido outro. Há um diálogo explícito do Círculo com as ideias kantianas e algumas posições são mantidas e outras sistematicamente negadas. O objetivo, neste trabalho, é delimitar quais aspectos dessa concepção de sujeito, elaborada por Kant, contribuíram para a perspectiva do sujeito apresentada por Bakhtin e em que ela se diferencia. Como se verá, o caráter histórico-ideológico é bem marcante na concepção bakhtiniana, o que faz com que a perspectiva adotada pelo Círculo seja bastante distanciada da perspectiva proposta em Kant – embora fecundada por ele.

Situa-se a seguir a concepção de sujeito concebida por Kant, uma vez que a teoria bakhtiniana, entre outras, desenvolveu-se na esteira da revolução promovida por esse pensamento. Reitera-se, ainda, que a abordagem da filosofia kantiana prender-se-á apenas a aspectos relevantes para situar uma nova concepção de sujeito, um sujeito com conhecimentos apriorísticos, um sujeito visto do ponto de vista chamado pelo filósofo prussiano de transcendental, que, em última instância, diverge do sujeito bakhtiniano. No entanto, é possível ver que a teoria de Bakhtin em relação à constituição

do sujeito assume em parte a perspectiva kantiana.

1. O sujeito transcendental

Kant (1999)² afirma que o centro da causa do conhecimento não está nos objetos, mas no sujeito. É este que regula os objetos, não os objetos que o regulam. Para justificar essa posição, atesta que o conhecimento, embora se inicie com a experiência, não ocorre somente por meio dela. Há, para ele, conhecimentos que independem da experiência, ao que denomina conhecimentos *a priori*, que se distinguem dos *a posteriori*, erigidos através da experiência. Para o filósofo, o conhecimento parte da experiência, mas não resulta apenas dela, é necessário haver uma fonte que independa da experiência, nesse caso são os conhecimentos puros ou apriorísticos. Assim, os conhecimentos *a priori* estão a serviço dos conhecimentos *a posteriori*. Conhecimentos *a priori*, segundo Kant, são as 12 categorias da razão pura, que de modo incondicionado conectam as representações antes da experiência. Eles são a base da metafísica, por isso Kant os privilegia, para dar à metafísica o caminho seguro da ciência/conhecimento, compreendido como estabelecimento de juízos objetivos, isto é, públicos, acerca dos fenômenos, a partir das categorias oferecidas pela razão pura.

Os conhecimentos *a priori*, puros ou intuição pura, são as leis da sensibilidade do sujeito e de seu intelecto que possibilitam a organização e a regulação dos conhecimentos elaborados com a experiência. Essa estrutura é a condição para que o sujeito, ao ser afetado pelo mundo, pela sensibilidade, possa conhecê-lo, construir conhecimentos *a posteriori*, no fenômeno.

Para os conhecimentos *a priori*, Kant atribui o caráter de universalidade rigorosa e de necessidade. Afirma que existem independentemente de qualquer experiência e, ainda, que todos os conhecimentos *a posteriori* nunca estão desprovidos dos conhecimentos puros, uma vez que os conhecimentos puros são reguladores dos conhecimentos produzidos a partir da experiência, *a posteriori*. Nessa perspectiva, os conhecimentos

² Toda abordagem da filosofia de Kant tomada nesse estudo se ateu a tradução de Valério Rohden e Udo B. Moosburger, publicada em 1999 pela editora Nova Cultura Ltda. Assim, doravante, citaremos apenas o autor sem mencionar a data da obra.

puros, *a priori*, são pensados universalmente e não são subjetivos, pois são dotados de necessidade e de universalidade rigorosa. O conceito, aqui, não pode ser outra coisa do que ele efetivamente é, não pode significar diferentemente em diferentes contextos. Desse modo, não podem ser comprovados pela experiência, uma vez que a experiência só pode comprovar fatos empíricos.

Paralelamente à distinção entre conhecimentos *a priori* e *a posteriori*, que diz respeito à origem do conhecimento, Kant apresenta dois tipos de juízo, que se referem ao que vem a ser verdadeiro em um juízo: o sintético e o analítico. Conceitua o juízo analítico como aquele em que o predicado é inerente ao sujeito e o juízo sintético como aquele em que o predicado é acrescentado ao sujeito. Para Kant, os juízos analíticos são necessariamente verdadeiros, uma vez que pressupõem o princípio da contradição, isto é, a verdade desse juízo não se verifica pela experiência, mas pela lógica estabelecida no fato do predicado estar contido no sujeito e dele não poder ser desvinculado. A partir dessas distinções são estabelecidos os seguintes conceitos: juízos analíticos *a priori*, juízos sintéticos *a priori* e juízos sintéticos *a posteriori*. Não se desenvolverá aqui a questão, ainda que definitiva no pensamento kantiano, de como se processam tais juízos, pois o que interessa mais de perto é a perspectiva de sujeito trazida nessas proposições, estabelecendo a maneira como o sujeito se relaciona com os objetos a partir de um conhecimento apriorístico que regula o conhecimento empírico.

Kant apresenta, assim, uma nova posição do sujeito, um sujeito apriorístico, possuidor de uma capacidade cognoscente, detentor de uma razão universal objetiva. Apresenta o que chamam de revolução copernicana, ao afirmar que não é o objeto que regula a faculdade de conhecer, mas a faculdade de conhecer que regula o objeto. O sujeito não se dirige a um mundo estruturado, organizado, mas é o seu pensamento que estrutura e organiza os objetos. "Sem o pensar só existe algo desconexo e indeterminado, uma confusão de sensações, mas não a unidade e a determinação de uma realidade; sem o pensamento ainda não

há o mundo" (HÖFFE, 2005, p. 83).

Desse modo, o pensamento organiza o mundo, mas a sua relação com o mundo não é direta, ela ocorre via discurso, isto é, mediada por conceitos, regras ou categorias. É o que ocorre com certos conceitos, como o espaço e tempo, por exemplo. Em relação ao espaço, embora o sujeito cognoscente perceba as coisas como exteriores a si mesmo e exteriores umas às outras, isso ocorre não porque o conceito de espaço esteja na experiência, mas porque o conceito de espaço é uma forma universal de que o sujeito é dotado em sua razão. O mesmo, afirma Kant, em relação ao tempo. Assim espaço e tempo são formas universais sem as quais o sujeito não pode conhecer. São formas *a priori* da sensibilidade que permitem a organização geométrica e aritmética do real, possibilitando juízos sintéticos *a priori*, isto é, conexão de representações anteriores à experiência sensível/conhecimento puro.

No desenvolvimento da crítica da razão, Kant atribui à razão a faculdade de conhecimento, estabelecendo os princípios da ciência. Isto é, "[...] de uma coisa só se pode saber com certeza aquilo que se colocou no seu conceito; só mediante um pensar e um construir criativos torna-se possível o conhecimento científico" (HÖFFE, 2005, p. 42). Os conceitos atribuídos, no entanto, não podem proceder da experiência subjetiva empírica, mas de um conhecimento objetivo, válido universalmente, e a refutação ou a confirmação de tais conceitos não podem ser efetuadas pela ciência empírica, mas somente nos pressupostos da razão pura.

Considerando o ponto de vista cartesiano de que a objetividade se faz somente onde se veem as coisas como são em si mesmas, independente do sujeito, parece absurda a proposta de Kant. No entanto, seu posicionamento é exatamente outro, inaugura aí um novo olhar desse sujeito e desse ponto de vista. Segundo Kant, necessidade e universalidade do conhecimento objetivo não se produzem a partir da relação com o mundo, os objetos, mas se devem ao sujeito cognoscente. É essa faculdade do sujeito que fará com que as coisas não sejam em si mesmas; o mundo é a partir do sujeito e, nesse contexto, os objetos não

são mais em si mesmos, mas constituem-se em fenômenos. No entanto, não se trata, aqui, de uma constituição efetuada empiricamente, nem da estrutura física do cérebro, nem das relações sociais, etc., mas das condições do conhecimento objetivo que se encontram na constituição pré-empírica do sujeito, o que significa a existência do sujeito apriorístico, predisposto, se assim se pode dizer, com uma capacidade de ser afetado pelo mundo. Possui um conhecimento *a priori* que possibilita o conhecimento empírico, *a posteriori*. Assim, os objetos são constituídos a partir de ações prévias do sujeito cognoscente.

Esse pensamento faz surgir outro olhar para o fundamento do conhecimento, não há mais uma teoria do objeto, mas uma teoria do sujeito.

[...] toda a nossa intuição não é senão a representação de fenômeno: que as coisas intuimos não são em si mesmas tal qual as que intuimos nem que suas relações são em si mesmas constituídas do modo como nos aparecem e que, se suprimíssemos o nosso sujeito ou também apenas a constituição subjetiva dos sentidos em geral, em tal caso desapareceriam toda a constituição, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo, e mesmo espaço e tempo. Todas essas coisas enquanto fenômenos não podem existir em si mesmas, mas somente em nós. O que há com os objetos em si e separados de toda esta receptividade da nossa sensibilidade, permanece-nos inteiramente desconhecido. Não conhecemos senão o nosso modo de percebê-los, o qual nos é peculiar e não tem que concernir necessariamente a todo ente, mas sim a todo homem (KANT, 1999, p. 83).

Afirma o filósofo que, mesmo que se pudesse elevar ao grau supremo de clareza a nossa intuição, ainda assim não haveria uma maior proximidade com os objetos, com o mundo, pois nos caberia saber somente a respeito de nossa intuição, do modo como conhecemos, uma vez que o conhecimento está condicionado ao nosso modo de intuição. O que podem ser o mundo e os objetos em si mesmos jamais se tornaria conhecido pelo fenômeno que nos é dado. A representação de um objeto na intuição, nessa concepção, não contém nada que possa ser atribuído a ele, mas é apenas o fenômeno de algo e como somos afetados por meio de nossa sensibilidade, que é distinta do conhecimento do objeto. A essa distinção, a essa

realidade, Kant atribui o caráter transcendental.

Denomino *estética transcendental* uma ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*. Portanto, tem que haver uma tal ciência que perfaça a primeira parte da doutrina transcendental dos elementos, em oposição à que contém os princípios do pensamento puro e denominada lógica transcendental (KANT, 1999, p. 72, grifo do autor).

O conceito de transcendental remete ao lugar do conhecimento que prescindir da experiência, está relacionado à necessidade, ao que é essencial, remete à estrutura que predispõe a experiência cognitiva, estrutura inerente ao sujeito cognoscente, sujeito transcendental.

[...] Kant chama de transcendental todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos, na medida em que este deve ser possível *a priori* [...] Transcendental significa, na *Crítica*, somente aquele conhecimento "pelo qual conhecemos que e como certas representações (intuições, conceitos) são aplicadas ou possíveis unicamente *a priori*" (HÖFFE, 2005, p. 60-61, grifo do autor).

Para Kant, a diferença entre a sensibilidade e o intelecto é, na verdade, transcendental, refere-se à origem e ao conteúdo dos conhecimentos. Esse conhecimento que ocorre por meio da sensibilidade não é o conhecimento dos objetos em si mesmos, pois, uma vez eliminada a nossa constituição subjetiva, não se poderá encontrar em parte alguma o objeto representado com as propriedades que o processo de entendimento e imaginação lhe atribui, uma vez que é essa condição subjetiva que caracteriza a forma de tal objeto como fenômeno. Isso não quer dizer que os objetos sejam pura ilusão. Os atributos dados aos objetos estão sempre condicionados ao modo de intuição do sujeito, de modo que não há como atribuir ilusão ao objeto, mas à maneira de intuir do sujeito.

Esse ponto do pensamento kantiano é fundamental nessa nova perspectiva do sujeito. Apresenta uma proposição em que a verdade não é verificada no sentido semântico de verdade, nem baseada em critérios pragmáticos, sociais, psicológicos, etc., mas a verdade passa a ser estabele-

cida por uma correspondência entre o objeto e o conhecimento produzido, reiterando que não é o objeto que regula esse conhecimento, o objeto não é em si mesmo, independente do sujeito, mas é constituído pelas condições apriorísticas do sujeito cognoscente. E, assim, estando na raiz do sujeito cognoscente a constituição dos objetos, o acesso a eles como algo em si é completamente interdito. Não é possível conhecer o mundo além dos fenômenos, ou seja, conhecer o mundo no sentido de ser um mundo verdadeiro. O conhecimento se dá a partir das condições apriorísticas do sujeito cognoscente na experiência, levando-o a conhecer a realidade como fenômeno, realidade organizada segundo as formas a priori, de tempo e espaço. O conhecimento da realidade parte do sujeito e não da realidade em si, por isso não é possível um conhecimento da realidade independente do sujeito. No entanto, a perspectiva kantiana longe está de uma subjetividade, mas aponta para uma objetividade do pensamento, atestando a existência de categorias universais (que, aqui, não serão explicitadas por não ser esse o foco do trabalho) presentes no sujeito, o que possibilita essa relação entre ele e o mundo. Essa condição apriorística do sujeito cognoscente é que possibilita a verdade – não a verdade dos objetos em si, mas a verdade tal como o sujeito a organiza.

Nessa visão, o conhecimento produzido é analisado no aspecto lógico (no sentido de obedecer às regras da lógica, da ciência) e se deve à ação indissociável de dois princípios: sensibilidade e entendimento. Entendimento como princípio que pressupõe esquemas ou estruturas cognitivas a priori da razão e da sensibilidade no sentido de que os conceitos do entendimento não prescindem dos sentidos, isto é, só é possível conhecer a partir deles. Há uma articulação entre a realidade experimentada e a intuição transcendental. Em outras palavras, a estrutura cognitiva, a razão de que o sujeito é dotado, é inata, universal. A razão pura é inata, não deriva da experiência, no entanto, essa estrutura necessita da experiência para construir o que chama de conteúdo. Desse modo, a mente não dá existência aos objetos, mas dá consistência, os constitui. A razão não cria a

realidade, mas também não pode pretender conhecê-la como ela é em si mesma, uma vez que esse conhecimento estará sempre condicionado ao sujeito cognoscente.

O pensamento cartesiano da modernidade é impregnado pela ideia do sujeito como produtor de conhecimento. No entanto, para Kant, não há o eu, mas o eu-penso, uma vez que, para ele, esse eu-penso não é conhecido, mas pensado. Estão atreladas ao sujeito pensante todas as suas representações, de modo que o pensamento subjetivo com seu conhecimento apriorístico é um elemento necessário para possibilitar o conhecimento posterior objetivo dos objetos. A constatação da existência do eu só é possível com a existência de objetos externos ao sujeito pensante, e o conhecimento é orientado pelo sujeito, não pelos objetos. Assim o mundo não é em si mesmo, é o mundo pensado, é fenômeno. O que é conhecido é resultado da experiência aliada às determinações subjetivas.

Subjetividade e objetividade têm a mesma origem na autoconsciência transcendental, que se realiza nas formas puras do conectar, i. e., nas categorias. Kant supera o dualismo de Descartes, que dissocia rigorosamente o pensar subjetivo (*res cogitans*) do mundo objetivo das coisas espaço-temporais (*res extensae*) (HÖFFE, 2005, p. 102).

Nessa concepção, é apresentada uma solução para as contradições insolúveis de empiristas e racionalistas, como afirma Höffe (2005, p. 68):

Com o reconhecimento da sensibilidade, Kant dá razão ao empirismo em sua concepção fundamental de que o conhecimento humano necessita de algo previamente dado, e rejeita o racionalismo puro. Com a constatação da necessidade do entendimento, Kant dá razão à ideia do racionalismo, segundo a qual não há nenhum conhecimento sem o pensamento, e critica um empirismo puro; em termos modernos: Kant se manifesta contra a separação rigorosa entre linguagem de observação e linguagem de teoria, já que todo conhecimento, até o saber cotidiano, contém elementos teóricos (conceituais): "sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdos são vazios, intuições sem conceitos são cegas".

Kant atesta ser possível uma objetividade do

conhecimento condicionada a uma estrutura cognitiva presente no sujeito cognoscente que legítima, por assim dizer, esse conhecimento objetivo e universal. Nessa proposta, a objetividade diz respeito ao processo de conhecimento do mundo real e, nesse sentido, não deve ser válido para um único sujeito, mas deve ser universalmente aceito como verdadeiro. Importante acrescentar, aqui, que Kant apenas abordou a matemática, a física e as ciências naturais, ciências com as quais a relação com o mundo real é mais facilmente comprovada, elevando, sobretudo como ciência, a matemática como ciência autêntica. As ciências humanas não são levadas em consideração, nessa época, uma vez que não existiam. No entanto, essa perspectiva kantiana em muito influenciou a perspectiva das ciências humanas, na medida em que coloca que o mundo não é em si mesmo, independente do sujeito. Embora Kant não tenha teorizado sobre questões pragmáticas, sociais e psicológicas, sua teoria do sujeito transcendental irá fecundar e permear muito dos estudos produzidos na área das ciências humanas, sobretudo as teorias da linguagem e da pedagogia que considerarão esse aspecto apriorístico sob diversos enfoques. Pode-se citar, por exemplo, a teoria de Chomsky em relação ao conceito de competência linguística, as estruturas cognitivas de Piaget, Vigostky, entre outros.

2. O signo ideológico como a base da constituição do sujeito em Bakhtin

A concepção de sujeito tratada pela teoria bakhtiniana rompe, em algum sentido, com a concepção de Kant ao criticar a abordagem desse filósofo e de outros teóricos por ser desvinculada do processo histórico. Dessa maneira, já se pode adiantar que Bakhtin (2009) trabalhará com a concepção de sujeito histórico, constituído socialmente na e pela linguagem. Para essa concepção de sujeito, no entanto, valer-se-á de pressupostos teóricos advindos do pensamento kantiano no que diz respeito à relação entre o sujeito e as coisas e da pressuposição de que a consciência tem a predisposição de ser afetada e se constituirá a partir das relações sociais, através

da linguagem, o que obviamente não foi abordado por Kant. Para este filósofo, essa faculdade inerente ao sujeito cognoscente é transcendental, apriorística, e não se explica nem biologicamente, nem socialmente, nem culturalmente. Ele estabelece uma ponte entre o fenômeno vivido e a razão, estipulando conceitos puros e algumas categorias. Na visão bakhtiniana, porém, esta "ponte", possibilidade de síntese, não é *a priori*, uma estrutura pré-existente. Para Bakhtin (2010), a ponte entre a experiência, o mundo vivido e a "representação" do mesmo está no princípio do não-*álibi* da existência. Isso quer dizer que a possibilidade de apreensão do mundo, do real, por meio da linguagem, "representando-o", ou, se podemos assim dizer, "realizando-o", é uma ação que implica uma resposta responsável do sujeito, que, por sua vez, é constituído, faz-se nesse processo possível unicamente na linguagem, sendo um fenômeno histórico-ideológico. Porém, a perspectiva kantiana de que é o sujeito que regula o objeto e não o contrário, ao estabelecer a impossibilidade do sujeito em apreender a realidade tal como ela é em si mesma, mostra-se claramente neste autor: "O que na vida, na cognição e no ato chamamos de objeto definido só adquire determinidade na nossa relação com ele: é nossa relação que define o objeto e sua estrutura e não o contrário [...]" (BAKHTIN, 2010, p. 4). No entanto, o pensador russo persegue outra tentativa de síntese diferente da de Kant e coloca no princípio do não *álibi* a possibilidade de o sujeito navegar no abismo entre o real (vivido) e o que é "representado", "realizado" na linguagem, em uma ação a ser eternamente conquistada, na busca incessante de sentido. Essa síntese, esse ponto entre o conteúdo e a sua "representação" ("realização"), é constituído pelo caráter responsivo, responsável e inexorável do sujeito no ato, no ser/estar/fazer no mundo.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2009), Bakhtin faz um percurso, esclarecendo a perspectiva filosófica em que caminha a teoria da linguagem abordada. Tem como pressuposto o fundamento marxista que concebe todo o pensamento produzido pela humanidade vinculado

ao caráter histórico/social/econômico. Nesse sentido, colocará a língua, a linguagem³, o signo como ideológico: Ideologia é um conceito que sofre algumas mudanças de enquadramento dentro da perspectiva marxista dependendo do momento da produção teórica do filósofo alemão e, por isso, assume, às vezes, o sentido de falsa consciência. No entanto, no pensamento bakhtiniano, o conceito de ideologia não corresponde a essa ideia de falseamento da realidade, de ilusão. Em Bakhtin (2009), ideologia remete ao elemento que organiza e regula as relações humanas. Segundo Faraco (2009, p. 46, grifo do autor):

Nos textos do Círculo, a palavra **ideologia** é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do "espírito" humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura **imaterial** ou produção **espiritual** (talvez como herança de um pensamento idealista); e, igualmente, de formas da consciência social (num vocabulário de sabor mais materialista). **Ideologia** é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar certa terminologia da tradição marxista).

Isso significa que a linguagem reflete/refrata os interesses e os valores determinados histórica/social/economicamente e, assim, o signo "representa" o mundo, a realidade, a partir de certos valores engendrados, determinados, construídos socialmente e esse signo, por sua vez, é que faculty a constituição da consciência, do sujeito. Essa construção social em Bakhtin (2009) está relacionada à visão marxista, ou seja, remete à organização social da divisão de trabalho e modo de produção descritos por Marx. A linguagem, aqui, organiza-se em função dessa construção social e, portanto, é espelho dela. A ideologia, na perspectiva bakhtiniana, nasce junto com o signo e, sem linguagem, não há ideologia. O signo não é apenas a expressão de uma ideia, ele representa sempre uma tomada de posição em relação a valores sociais, tem irremediavelmente

um caráter axiológico.

Bakhtin (2009) atribui a refração da linguagem, do signo, às relações sociais, ao confronto de interesses, à luta de classes. A ideologia, nesse caso, remete aos interesses de uma classe em se manter dominante e isso se verifica em todos os campos das relações sociais, sejam eles econômicos, religiosos ou acadêmicos. A linguagem, assim, não pode ser vista fora da ideologia e é o fator primordial de constituição da consciência, do sujeito. Aqui, então, temos o sujeito histórico de Bakhtin, constituído a partir das interações sociais possíveis apenas na linguagem.

Nesse ponto, a perspectiva bakhtiniana recusa completamente o idealismo e a visão psicologista que situam a ideologia na consciência, colocando o signo como uma realidade externa utilizada pelo sujeito interiormente. Afirma que a consciência não pode se manifestar sem um material semiótico e, assim, é constituída desse material.

Nessa concepção, o sujeito é um fato socioideológico. A consciência sozinha nada pode explicar ou ser, ela depende das relações para se constituir e toda análise desse sujeito não pode estar desvinculada dos aspectos sócio-históricos, uma vez que a matéria, alimento da consciência individual, é o signo em cuja origem está a ideologia. Isso significa que a consciência refletirá a mesma lógica e leis da linguagem em que foi construída. Bakhtin é categórico ao afirmar que: "A única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica" (BAKHTIN, 2009, p. 35). Dessa maneira, confere supremacia ao princípio metodológico que toma o aspecto sociológico como imprescindível no estudo das ideologias, afirmando que a psicologia objetiva deve se apoiar nesse estudo, uma vez que a consciência sem a linguagem carregada de ideologia, nada pode explicar, o que sobra é fisiologia. O aspecto sociológico, as condições reais de enunciação, são determinantes para o processo da expressão-enunciação. O mundo interior é constituído a partir das vozes sociais que compõem o universo

³ A língua é linguagem, mas nem toda linguagem é língua. A linguagem engloba todos os mecanismos que permitem a interação humana. Nesse sentido, a pintura, a dança, a música, entre outras tantas, são linguagens. A língua está associada ao conceito de idioma que possui necessariamente um sistema verbal.

da consciência.

Nessa visão, qualquer reflexão sobre a linguagem e o estudo que se engendra nas ciências humanas há que considerar a impossibilidade de separação de uma expressão do seu caráter socioideológico, uma vez que a expressão é fruto de uma consciência que não se deriva da natureza, mas é constituída a partir de um auditório social.

No entanto, não podemos pensar que esse autor adota a perspectiva de *tabula rasa* da consciência. Ele aponta, em seu texto, para uma perspectiva análoga à de Kant, ressaltando obviamente o abismo que os separa, pois a visão bakhtiniana considera o aspecto histórico e Kant analisa uma realidade transcendental. O Círculo de Bakhtin, entretanto, considera essa capacidade do sujeito cognoscente: a faculdade, a predisposição de ser afetado pela experiência, pelas relações. Isso pode ser comprovado quando afirma:

Embora a realidade da palavra, como de qualquer signo, resulte do consenso entre os indivíduos, uma palavra só é, ao mesmo tempo, produzida **pelos próprios meios do organismo individual**, sem nenhum recurso a uma aparelhagem qualquer ou alguma outra espécie de material extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior)*. Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo [...] A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da *palavra interior*, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem (BAKHTIN, 2009, p. 37, grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).

Ao afirmar que a consciência se desenvolve a partir da palavra, que é produto de um consenso social, mas o faz pelos próprios meios do organismo individual, o Círculo russo aponta para essa instância imanente e potencial do sujeito, que não é coisa, substância, mas puro ato, atividade de construir sentidos a partir do real. E afirma que a existência dessas duas faces, expressão interior e expressão exterior, deve ser levada em conta:

Toda teoria da expressão, por mais refinadas e complexas que sejam as formas que ela pode

assumir, deve levar em conta, inevitavelmente essas duas facetas: todo ato expressivo move-se entre elas. Consequentemente, a teoria da expressão, que ele começa a existir sob uma certa forma, para passar em seguida a uma outra (BAKHTIN, 2009, p. 115).

Assim, coloca que a expressão exterior organiza, regula e revela o eu em relação ao outro: "Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade" (BAKHTIN, 2009, p. 117). E, embora assevere que se deve eliminar a possibilidade de uma distinção qualitativa entre o conteúdo interior e a expressão externa, não podemos deixar de inferir que ele não nega a existência dessa potencialidade do sujeito em ser afetado, ainda que essa potencialidade não possa ser estudada e avaliada cientificamente de acordo com o princípio metodológico que usa:

A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas "imanentes" consiste em partir da filosofia concebida como filosofia do *signo ideológico*. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo (BAKHTIN, 2009, p. 39, grifo do autor).

Desse modo, adota o método marxista por ser ele capaz de garantir uma objetividade científica coerente, uma vez que o caráter subjetivo das estruturas cognitivas sem a linguagem e seu caráter ideológico não constitui nada, a não ser a fisiologia. Em se tratando de ciências humanas, o ponto de partida e chegada é a linguagem e suas implicações ideológicas. A concepção de sujeito veiculada, então, trata de um sujeito histórico, constituído nas interações sociais por meio da linguagem. No entanto, esse sujeito, reiterando, é um sujeito com predisposição para ser afetado pela linguagem, é um sujeito com estruturas apriorísticas, não exatamente como concebido por Kant, por razões já explicitadas, mas semelhante no que diz respeito à predisposição do sujeito cognoscente. É o que se pode constatar quando afirma:

[...] todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Ele nasce deste

oceano de signos interiores e aí continua a viver, pois a vida do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração reiterada no contexto interior (BAKHTIN, 2009, p. 58).

Aqui, é possível compreender esse oceano de signos interiores como a existência de uma instância interior do sujeito que remete a suas estruturas e possibilidades de cognição, embora essa instância só se desenvolva e se materialize através do material semiótico. É nesse sentido que Bakhtin afirma não haver fronteira *a priori* entre o psiquismo e a ideologia, uma vez que o material semiótico não se aparta em nenhum momento do caráter ideológico. O que admite haver entre essas esferas (psiquismo e ideologia) é uma diferença de grau, ou seja, o pensamento que só existe no contexto da consciência é um pensamento obscuro e inacabado que pouco a pouco toma forma, apoiado no sistema ideológico em que foi engendrado. Reitera, assim, que a diferença não é qualitativa. Não há uma delimitação em que o psiquismo estaria para o individual e a ideologia para o social. O indivíduo, não como um ser biológico, natural, mas na condição de um sujeito detentor de consciência, responsável por seus pensamentos e atitudes, é um fenômeno puramente ideológico e o conteúdo de seu psiquismo é tão social quanto a ideologia, uma vez que o material desse psiquismo é semiótico, o signo – que é sempre social, seja ele interior ou exterior. E embora haja uma diferença entre a natureza específica do psiquismo e a natureza dos sistemas ideológicos, o resultado final da interação dessas dimensões revelará sempre o caráter ideológico contido no conteúdo do psiquismo.

Concebendo o sujeito nessa perspectiva da linguagem em que a consciência é um fato socioideológico, Bakhtin afirma que o método adotado não pode ser tomado das ciências naturais, da biologia e da fisiologia. "É impossível reduzir o funcionamento da consciência a alguns processos que se desenvolvem no interior do campo fechado de um organismo vivo" (BAKHTIN, 2009, p. 49). Esse posicionamento se justifica pela pers-

pectiva adotada de que o conteúdo psíquico se desenvolve no organismo, mas é determinado pelo caráter socioideológico. O fenômeno psíquico, dessa maneira, só pode ser analisado do ponto vista sociológico e, nesse sentido, a biologia e a fisiologia não têm acesso ao psiquismo. Nesse contexto, o fenômeno psíquico, envolvendo sua experiência interior integrada na experiência exterior, coincide com o signo; isto é, sem linguagem não há como conceber o psiquismo. O psiquismo subjetivo encontra-se numa zona fronteira entre o organismo e o mundo exterior. O encontro dessas dimensões – o organismo e o mundo – dá-se com o signo. Nesse ponto, pode-se perceber a influência da perspectiva kantiana com o sujeito apriorístico, com predisposição para conhecer a partir da experiência no mundo.

Desse modo, o psiquismo sendo um processo elaborado pela linguagem entre a predisposição orgânica, se assim podemos dizer, e o mundo, ele só poderá ser compreendido e analisado como signo. A atividade mental só pode ser concebida como uma realidade que possui significação. Aqui, Bakhtin deixa clara a influência do pensamento de Dilthey, ainda que este faça um percurso idealista, não considere o aspecto ideológico do signo e proceda a uma análise invertida, ou seja, explique o signo através do psiquismo. O que Bakhtin defende é o contrário, o signo é que explica o psiquismo. A atividade mental só pode se manifestar através da linguagem, a única capaz de instituir significação. Fora do signo não há essa possibilidade, ou seja, se a atividade mental se caracteriza por uma significação, ela só pode ser da mesma natureza do signo. Se a atividade mental tem uma significação, ela só pode ser compreendida e analisada no âmbito da linguagem. E essa análise não pode considerar a significação como uma coisa, um objeto concreto, daí a impossibilidade de acesso à atividade mental pela fisiologia, pela biologia. A análise do psiquismo só pode ser efetuada a partir do material semiótico expresso, dos signos, uma vez que a significação é função do signo.

Bakhtin afirma, ainda, que o material semiótico

que constitui a vida psíquica se concentra na palavra, embora possa haver outras manifestações semióticas que atuem na atividade mental:

É verdade que o discurso interior se entrecruza com uma massa de outras reações gestuais com valor semiótico. Mas a palavra se apresenta como o fundamento, a base da vida interior. A exclusão da palavra reduziria o psiquismo a quase nada, enquanto que a exclusão de todos os outros movimentos expressivos a diminuiriam muito pouco (BAKHTIN, 2009, p. 53).

Esse princípio, a palavra como signo ideológico por excelência, segundo Bakhtin, é a chave que possibilita a abertura de caminhos para uma análise objetiva capaz de abarcar tanto a esfera do psiquismo quanto a ideológica, dimensões constituintes do sujeito. "O signo ideológico é o território comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto, sociológico e significativo" (BAKHTIN, 2009, p. 58).

Mesmo admitindo a diferença entre a natureza do psiquismo e a natureza do sistema de ideologias, e que a enunciação se faz com duas orientações, uma em direção ao sujeito e outra em direção à ideologia, o autor russo reitera que a palavra, o signo está indissoluvelmente ligado à situação social. Promover uma separação do signo de seu contexto social, então, implica alterar sua natureza semiótica. Além disso, analisar a dimensão do psiquismo fora da linguagem significa não mais tratar o sujeito, mas o indivíduo biológico. Nesse sentido, afirma que "O signo exterior, incapaz de penetrar no contexto dos signos interiores, isto é, incapaz de ser compreendido e experimentado, cessa de ser um signo, transforma-se em uma coisa física" (BAKHTIN, 2009, p. 65).

Isso torna bastante complexo o objeto de pesquisa da Linguística. Para a teoria bakhtiniana, o que importará no estudo da linguagem não é o aspecto formal da língua, mas seu caráter enunciativo, ou seja, a língua está sempre a serviço de um locutor que a usa em uma determinada condição de enunciação em que a palavra, o signo estará de acordo com a situação social estabelecida concretamente. Isso significa que o estudo da linguagem, nessa perspectiva,

considera sempre a produção de sentido num dado contexto em que sujeito e linguagem estão irrevogavelmente atrelados. Segundo Bakhtin (2009, p. 95-96),

[...] o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas. [...] Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.

E afirma, ainda, que o mesmo processo se dá em relação ao receptor, pois "[...] o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular" (BAKHTIN, 2009, p. 96).

Ao criticar a corrente de estudos subjetivistas, herdeira do pensamento romântico, Bakhtin afirma que os primeiros filólogos a considerarem a língua materna foram os românticos, em oposição à corrente do objetivismo abstrato, cujos primeiros filólogos foram os sacerdotes que abordavam o estudo da língua da perspectiva imanente, de seu sistema formal, tendo em vista uma língua estrangeira, ou vista como tal, uma língua morta, cujo objeto era uma enunciação monológica. A visão dos subjetivistas far-se-á numa perspectiva contrária, terá como foco o processo de expressão que consiste em submeter as condições interiores do sujeito a um esquema formal exterior e, nesse processo, a primazia é do aspecto interior do sujeito. No entanto, mesmo adotando outra perspectiva, os subjetivistas também se apoiam numa enunciação monológica como objeto de estudo.

A crítica que Bakhtin faz a esse grupo é que não é o interior do sujeito que regula a expressão, uma vez que não existe atividade mental sem material semiótico. Assim, não há como separar qualitativamente o conteúdo interior da expressão exterior. Para ilustrar essa ideia, cita como a fome, uma realidade experimentada individualmente, pode ser expressa dependendo da maneira como é encarada socialmente: "Em todos os casos, a situação social determina que

modelo, que metáfora, que forma de enunciação servirá para exprimir a fome a partir das direções inflexivas da experiência" (BAKHTIN, 2009, p. 121). Desse modo, a expressão exterior, partindo de um conteúdo interior, sempre revelará um território social. Fora da expressão exterior, toda a realidade da consciência é uma ficção. A atividade mental movimenta-se para a expressão exterior que, por sua vez, organiza e regula o conteúdo interior. Assim, não é a expressão interior que se ajusta, adapta-se à expressão exterior, mas, como já dito, o mundo interior é que se ajusta às possibilidades da expressão exterior. Nesse sentido, todo conteúdo interior do sujeito é totalmente ideológico, sendo determinado por fatores sociais e históricos.

O teórico russo deixa claro o caminho percorrido pela consciência através da linguagem, demonstrando ser ele uma via de mão dupla na qual, ao mesmo tempo em que é permitido ao sujeito organizar o mundo com a língua, é também organizado por ela.

Nessa perspectiva, só constituirá um ato de fala o movimento mental que resultará em uma expressão dotada de autoria como resposta. E, nesse processo, o que regulará essa expressão é o caráter ideológico, exterior ao sujeito – ainda que o ponto de partida para a movimentação mental para a expressão seja um fator biológico, como o da fome, por exemplo. Segundo Bakhtin (2009), só o grito inarticulado do animal, como uma reação fisiológica, pode ser considerado como conteúdo interior por não ser ideologicamente marcado. Uma vez que haja uma elaboração da atividade mental em torno de um conteúdo interior para uma expressão exterior, no âmbito da humanidade, ela constituir-se-á sempre de um fato ideológico.

Considerações finais

Dessa maneira, finalizamos considerando, resumidamente, que o sujeito pressuposto pelo Círculo bakhtiniano, ainda que possuidor de uma instância apriorística (a faculdade de ser afetado)

e de uma dimensão psíquica povoada de signos interiores, constitui-se como um fenômeno socioideológico e somente pode ser compreendido através do material semiótico materializado. Essa perspectiva, embora fecundada por um aspecto da filosofia kantiana que preconiza uma estrutura cognitiva presente no sujeito cognoscente, não é totalmente compatível com esse pressuposto de Kant por este considerar a existência de conhecimentos apriorísticos, isto é, conteúdos universais que independem da experiência e que não são válidos para um único sujeito, mas deve ser universalmente aceito como verdadeiro.

É de suma importância considerar, ainda, que a teoria bakhtiniana, sobretudo na obra *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), advoga o caráter único, inconcluso e singular do sujeito, o que aponta para uma direção oposta, em certo sentido, da concepção de sujeito proposta em Kant.

Enfim, o arcabouço teórico que o Círculo bakhtiniano apresenta acerca desse sujeito traz outras facetas – decorrentes naturalmente dessa perspectiva – a considerar sobre ele, tais como sua natureza dialógica, o caráter irrevogável e sem *álibi* de sua responsividade que remete a outros diálogos filosóficos, sobretudo, na perspectiva fenomenológica.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem* – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução de Valdemir Miotello, Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo* – As ideias do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editora, 2009.
- HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Tradução de Christian Viktor Hamm, Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *A crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden, Udo B. Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1999.

Sandra Mara Moraes Lima

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em São Paulo, SP, Brasil, onde também fez estágio de pós-doutoramento; mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, ES, Brasil. Professora Adjunta DE da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em Guarulhos, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Sandra Mara Moraes Lima
Rua dos Americanos, 185, apto. 72A
01138-010, Barra Funda
São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.